

• Meio ambiente

Sarney repudia pressões externas

discurso

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

O primeiro dia da sexta reunião ministerial sobre meio ambiente na América Latina e no Caribe, que se encerra hoje, no Itamaraty, começou com um incidente diplomático que causou irritação ao governo brasileiro.

O presidente José Sarney, que abriu ontem o encontro, do qual participam dezesseis ministros da região, não gostou do "tom impositivo e paternalista" do discurso "inadequado" do diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o egípcio Mostafa K. Tolba. O pronunciamento, lido por Genady Golubev, também representante da ONU — Tolba não pôde comparecer porque sofreu um infarto —, explicita medidas que os países da região deveriam tomar para proteger a ecologia e coloca o México como exemplo a ser seguido por

que tem realizado audiências públicas para discutir o meio ambiente.

Em seu discurso, Sarney não rebateu publicamente as palavras de Tolba, mas logo após o término da sessão disse à imprensa que o discurso foi "inadequado".

"A problemática nossa é uma problemática inteiramente diferente. O Brasil acha que está interpretando os sentimentos da América Latina e do Caribe quando não deseja colocar dentro do problema ambiental os problemas que afetam a nossa soberania. Nós todos, nossos países, foram constituídos à base de uma resistência contra o jugo colonial. De maneira que não podemos aceitar uma forma de colonialismo que se está querendo criar de interferência em nossos negócios internos", declarou o presidente.

Em seguida, determinou ao secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que

formalizasse o protesto brasileiro. Isso foi feito diretamente a Golubev e por meio de declarações aos jornalistas do chanceler Roberto de Abreu Sodré. O ministro reafirmou a posição de Sarney de descontentamento em relação ao discurso e reiterou que o Brasil repele qualquer interferência em seus assuntos internos.

Depois de dar sua sugestão para que da reunião de Brasília saia um plano de ação regional, cujo formato caberá aos governos presentes decidir, Tolba salientou os pontos que gostaria de ver incluídos no documento: a ligação entre crise econômica, dívida externa e falência da ecologia; a necessidade de se proteger as reservas indígenas através de planejamento; a participação pública; e a informação pública.

O diretor-executivo do PNUMA também sugere a troca da dívida por proteção ambiental ("debt for

nature swaps"), como a que está sendo realizada no Equador e na Costa Rica. Tolba fez uma observação a respeito, dizendo saber que sua sugestão já recebeu "uma forte rejeição" por parte de Sarney e de outros governos latino-americanos, porque seu escopo pode constituir-se numa "inaceitável interferência em assuntos soberanos", de um lado, e, de outro, porque o problema da dívida passaria a merecer uma atenção menor do mundo. Apesar disso, Tolba considera importante não ignorar completamente essa possibilidade.

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglésias, comentou o assunto lembrando que "dívida externa é dívida externa, meio ambiente é meio ambiente. A ligação só poderá se dar se o país em questão se interessar pela alternativa". Iglésias considerou o discurso de Sarney "forte e vigoroso" e

explicou que o BID não fala em "condicionalidades" para conceder empréstimos, mas em "diálogo cooperativo".

Tolba disse ainda que o mundo está certo ao demonstrar preocupação com a destruição da floresta amazônica e que os países da região devem preocupar-se com o uso exagerado de combustíveis fósseis pelos países desenvolvidos.

"Ambos os processos estão contribuindo, em diferentes níveis, para o efeito estufa", acrescentou.

O presidente, em seu discurso, enfatizou que "coube aos países subdesenvolvidos contribuir com a mais trágica das poluições, a poluição da pobreza e todas as formas de exploração de que foram vítimas os povos ao longo dos séculos, e com a poluição colonial, escravizadora, desumana e cruel.

Sarney disse que "os principais obstáculos à so-

lução da questão ambiental residem na iniquidade das terríveis desigualdades existentes, no fosso entre ricos e pobres, na deterioração dos termos de troca, no crescente protecionismo nos países industrializados e no insuportável peso da dívida externa, que transformou os países em desenvolvimento em exportadores líquidos de capital".

Depois de afirmar que "é sobre os países industrializados que recai a responsabilidade primordial pela reversão do processo de degradação ambiental", o presidente acrescentou que "o tom emocional do debate (sobre meio ambiente) assume por vezes caráter acusatório, maniqueísta e demagógico, que em nada serve à promoção da causa ambiental".

Sarney citou, entre as ações que o governo vem promovendo, o programa "Nossa Natureza" que será lançado no próximo dia 6.

"Armamento nuclear, a principal ameaça"

Segue abaixo o discurso do presidente José Sarney, proferido ontem pela manhã na abertura da IV Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, em Brasília. O discurso foi transmitido pela Rádio-brás.

E com o sentimento profundo de fraternidade que uma cada vez mais os nossos povos que presido a sessão inaugural da Sexta Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, promovida sob os auspícios das Nações Unidas para o Meio Ambiente e do governo brasileiro. Inicialmente, expresso o reconhecimento do Brasil e, creio, interpretar o sentimento de todos os países aqui representados, pelo trabalho dinâmico e construtivo que o programa vem desenvolvendo, sob a direção do doutor Mustada Tolba que, infelizmente, não pode estar aqui presente. Registro, também, com muito agrado, a presença do meu caro amigo, dr. Henrique Iglesia, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que, com talento e criatividade, tanto se tem destacado em funções oficiais do seu país, quanto em organizações internacionais.

Os problemas ambientais constituem, hoje em dia, um dos temas centrais da agenda internacional e será, sem dúvida, o tema mais apaixonante do futuro, porque ele diz respeito à sobrevivência do homem na face da Terra. De repente, o

homem que julgava os nossos recursos naturais inesgotáveis e a terra inatingível pela morte, percebe que o mundo está ameaçado por níveis crescentes de degradação da natureza, através da degradação da atmosfera, dos solos, dos rios e oceanos, e que é preciso mobilizar recursos nacionais e internacionais para enfrentar estes problemas em suas diversas manifestações.

Nasce a consciência de que a natureza pode chefiar uma rebelião contra a vida, criando até uma anti-existência. A indagação que nos fazemos é: como percorremos este caminho? quem destruiu a capa vegetal do planeta? quem criou e desenvolveu a civilização dos gases? quem, à custa de padrões crescentes de bem-estar, dilapidou os recursos naturais? Nessa alucinada trajetória, coube aos países subdesenvolvidos contribuir com a mais trágica das poluições: a poluição da pobreza, de todas as formas de exploração de que foram vítimas os povos, ao longo dos séculos, com a poluição colonial, escravizadora, desumana e cruel.

Desde a Conferência de Estocolmo de 1972, tem-se sucedido iniciativas tendentes a organizar e aperfeiçoar a cooperação internacional para a preservação do meio ambiente. O Brasil, juntamente com os demais países da América Latina e do Caribe, tem dado para tanto, uma contribuição, que, não hesito em qualificar, de muito positiva. Em matéria ambiental, como de resto, em todas as principais questões internacionais, é preciso não perder de vista as diferenciações que separam um núcleo de países desenvolvidos, da maioria das nações ainda submetidas a carências fundamentais.

Não podemos afastar a conexão profunda dos problemas ecológicos com a injusta ordem econômica e social no mundo. Para uma grande parcela da humanidade é o subdesenvolvimento que está na própria raiz dos problemas. Pobreza e degradação do ambiente físico constituem elementos de um

círculo vicioso que condena milhões de pessoas a viverem em condições incompatíveis com a dignidade humana. Os principais obstáculos à solução da questão ambiental residem na iniquidade das terríveis desigualdades existentes, no fosso entre ricos e pobres, na deterioração dos termos de troca, no crescente protecionismo dos países industrializados e no insuportável peso da dívida externa, que transformou os países em desenvolvimento em exportadores líquidos de capital.

O ponto crucial dos esforços de cooperação internacional para a proteção e melhoria do meio ambiente deve, pois, residir precisamente na criação de um ambiente econômico internacional capaz de promover a erradicação do desemprego e da pobreza, e não de perpetuá-los. Por sua vez, a adoção pelas instituições financeiras internacionais de novas fórmulas de condicionalidades, para a concessão de créditos para os nossos países, compromete os esforços nacionais de desenvolvimento e implica, na prática, uma redução de recursos, em detrimento da própria causa ambiental. É de esperar, ao contrário, um enfoque positivo, em que a ação dos organismos internacionais privilegie a adicionalidade de recursos, em termos de concessões para o financiamento de projetos de proteção ambiental. Ademais, como parte essencial do esforço de cooperação internacional, devem ser asseguradas aos países em desenvolvimento condições de livre acesso, sem custo comercial, às novas tecnologias para a conservação do meio ambiente. A legítima preocupação ambiental, de inspiração tão nobre, não pode ser colocada a serviço de interesses comerciais, que pretendem fazer da proteção ambiental apenas uma nova e rendosa fonte de lucros. Nem para retrocessos históricos, numa volta ao tempo das intervenções, de um novo sistema colonizador a ser determinado por organismos supranacionais.

O Brasil está ciente da gravi-

dade dos problemas ambientais e não poupará esforços no sentido de conciliar seus imperativos de desenvolvimento econômico e social com os objetivos de proteção do seu meio ambiente. Decido a prevenir e corrigir a deterioração ambiental em seu próprio território, o Brasil preocupa-se com o estado do meio ambiente em larga escala. Estamos convencidos de que a gravidade dos problemas ambientais com que o mundo hoje se depara decorre, principalmente, dos padrões de industrialização e consumo dos países desenvolvidos. Esta é a origem da exaustão acelerada dos recursos naturais do planeta e da emissão, cada vez mais importante, em termos absolutos e relativos, de elementos poluentes na atmosfera.

Conforme começa a ser universalmente reconhecido, é sobre os países industrializados que recai a responsabilidade primordial pela reversão do processo de degradação ambiental. São esses países que dispõem não apenas de maiores recursos mas de possibilidades efetivas de diminuir substancialmente a emissão de elementos poluentes na atmosfera, seja mediante a redução do consumo supérfluo e irracional de combustíveis fósseis, seja mediante o desenvolvimento de fontes alternativas de energia. A industrialização e a integração de novas áreas à economia dos países em desenvolvimento, na verdade, respondem em relevantes porções marginais, mesmo, pelos atuais níveis de poluição da atmosfera. Preocupam-nos, sobretudo, o depósito indiscriminado de resíduos tóxicos na natureza e as tentativas de transferir estes resíduos para o território dos países em desenvolvimento. Essas tentativas foram objeto de firme condenação por ocasião da primeira reunião de estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, realizada no Rio de Janeiro, em julho do ano passado.

No debate internacional sobre questões ambientais não pode, ainda, omitir-se a constatação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que a existência de enormes arsenais de armamento nuclear e de outros meios de destruição em massa constitui a principal ameaça à preservação do meio ambiente e à sobrevivência da espécie humana. É por outra parte preocupante que o debate internacional sobre meio am-

biente se esteja processando com certa dose de emocionalismo, o que tende a desvirtuar o sentido e a direção que deve assumir a cooperação internacional para o equacionamento dos problemas.

O tom emocional do debate assume por vezes caráter acusatório, maniqueísta e demagógico, que em nada serve à promoção da causa ambiental. A persuasão cede passo a tentativas de intimidação, a ameaças explícitas e veladas, que pretendem até mesmo questionar o princípio da soberania dos estados na tentativa de submetê-los a condicionalidades inteiramente inaceitáveis. Ora, como todos os países latino-americanos e caribenhos aqui representados, o Brasil formou sua nacionalidade através da emancipação do jogo colonial. Para nosso povo, soberania e liberdade são valores absolutos e irrenunciáveis. Como País independente e soberano, o Brasil privilegia e promove a cooperação como instrumento fundamental do seu relacionamento internacional. Não podemos aceitar mecanismos de imposição da vontade dos mais fortes sobre os mais fracos, dos mais ricos sobre os mais pobres, dos mais desenvolvidos sobre os menos avançados. A autodeterminação dos povos e a igualdade soberana dos estados são dois princípios capitais da Carta das Nações Unidas. Sob a égide do primeiro desencadeou-se o processo de descolonização, infelizmente, ainda inconcluso, que sucedeu à última Guerra Mundial, e a intocabilidade do segundo constitui a melhor garantia de que esse processo não será revertido. Senhores ministros e senhores delegados, o Brasil nunca descuidou do problema ambiental e constantemente vem atualizando procedimentos e tomando novas iniciativas. Agora mesmo, lançamos um novo programa denominado "Nossa Natureza". Ele representa um novo e grande esforço para atualizar o diagnóstico da situação ambiental e propõe um elenco de recomendações que emanaram dos seis grupos de trabalho instituídos por ocasião do lançamento do programa. As recomendações apontam para a urgência de um amplo leque de medidas, a elaboração de um plano nacional de meioambiente que subsidiará o plano plurianual de governo, a reestruturação do sistema governamental de controle e de preservação do meioambiente; a criação de

novas reservas florestais e áreas indígenas, a revisão, ordenamento e agilização da legislação ambiental brasileira, inclusive, quanto ao uso de substâncias químicas e processos de mineração; a aplicação do zoneamento ecológico, particularmente na área amazônica; a revisão e o disciplinamento da aplicação de incentivos fiscais, créditos oficiais e incentivos públicos na Amazônia. Serão adotadas, ainda, medidas complementares de apoio à execução do programa, tais como a agilização da execução da reforma agrária no País; a intensificação da ocupação econômica na região Centro-Oeste; a formulação de um programa integrado de apoio à dinamização da justiça e da segurança pública na Amazônia; o estudo da viabilidade de uma estrutura unificada de monitoramento territorial; e o estudo da viabilidade da formação de um fundo, para canalizar recursos internos e externos, que vierem a ser ajuizados a projetos de proteção do meio ambiente.

Por ocasião da última sessão da assembléia das Nações Unidas, o Brasil teve a oportunidade de oferecer-se para sediar a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que deverá realizar-se no contexto da comemoração do vigésimo aniversário da histórica conferência de Estocolmo. A conferência deverá representar um marco efetivo de promoção da cooperação internacional para a proteção do meio ambiente. O Brasil espera merecer o apoio de todos os países latino-americanos e caribenhos, representados nesta reunião ministerial, a fim de que o seu oferecimento encontre acolhida favorável no âmbito das Nações Unidas, e a conferência possa ser realizada em nossa região.

Dessejaria, finalmente, assinalar o esforço que os oito países amazônicos estão empreendendo para promover o desenvolvimento harmônico do seu rico patrimônio natural. A Declaração de São Francisco de Quito, adotada há apenas três semanas, em reunião ministerial do Tratado de Cooperação Amazônica, inclui um importante capítulo sobre proteção ambiental. Ao rechaçar, inequivocamente, qualquer ingerência externa nessa matéria, a declaração expressa a firme intenção dos países-membros de ampliar e reforçar os mecanismos de cooperação voltados para a proteção do meio ambiente na Amazônia.

Temos, todos, consciência de nossas responsabilidades para a conservação do nosso grande patrimônio físico. Esse dever é nosso e nós o assumimos. Não nos podem dar lições aqueles que nos mostram o caminho do que não se deve fazer em matéria de meio ambiente. Nós queremos dar exemplos. Esse dever é nosso e jamais poderemos abdicar daquilo que tanto nos custou: a liberdade soberana.

A presente reunião ministerial sobre meio ambiente na América Latina e no Caribe, que o Brasil tem a honra de sediar, marca um decisivo passo adiante nesse caminho da cooperação. Confio em que os resultados das deliberações desse encontro traduzirão, fielmente, o espírito que nos animou e formulou aos senhores votos de um fecundo e proveitoso trabalho.

DECLARAÇÃO INSTRUÇÃO CVM nº 69/87

PAPEL E CELULOSE CATARINENSE S.A. CGC nº 00.421.211/0001-20 com sede nesta Capital na Rua Libero Badaro, 425, 2º andar, em cumprimento ao que determina a Instrução supra mencionada, informa que adquiriu através de contratos particulares 4.808 ações ordinárias ao portador, representativas do capital social de BATES DO BRASIL PAPEL E CELULOSE S.A. aumentando o seu percentual de participação para 98,33% (noventa e oito inteiros e trinta e três centésimos por cento).
Declara outrossim que não foi alterada a composição do controle acionário e nem a estrutura administrativa da Bates do Brasil Papel e Celulose S.A. que continuará sendo mantida na condição de Companhia Aberta. São Paulo, 31 de março de 1989. PAPEL E CELULOSE CATARINENSE S.A. — Célio Peres — Diretor Financeiro.